

Dona Maria, a Louca, na Floresta Amazônica

Pedro Paulo Lomba *

As madeiras nobres das florestas do Brasil correspondem no reino vegetal às pedras e aos metais preciosos do reino mineral.

As mais valiosas são as árvores nativas de grande diâmetro, com mais de cem anos de idade, que nos séculos passados foram incorporadas a obras de arte arquitetônica e ao patrimônio histórico do país, nas igrejas, conventos, paços e casas grandes.

Quando o Brasil tiver dominado todas as fases do novo ciclo de conservação e uso racional de suas gigantescas florestas nativas, que ainda cobrem mais de um terço do território nacional, as madeiras brasileiras serão famosas no mundo inteiro.

Na exploração racional de uma floresta primitiva quente, que tem muitas espécies de árvores por hectare (100 X 100 m), retira-se, como ensina Herbert Schubast, diretor-geral do Instituto de Pesquisas da Amazônia, com cuidado, apenas quatro ou cinco árvores selecionadas. Olhada do alto, depois da estação da chuva, a floresta parecerá intocada.

Esta ainda é uma operação rara entre nós, mas seu potencial econômico superará o resultado de algumas das mais importantes culturas agrícolas, no futuro próximo. Acrescentem-se, ainda, imensos benefícios ecológicos, porque as florestas tropicais são a mais importante fonte da vida terrestre.

Uma mesa de madeira exportada vale doze vezes mais do que a quantidade de madeira brasileira nela contida.

A diferença entre o valor da madeira bruta e o produto manufaturado de madeira tropical paga os administradores, engenheiros e trabalhadores florestais que escolhem a árvore, a derrubam com motosserra, retiram os galhos e a arrastam com um trator florestal para a beira de uma rodovia ou rio para ser transportada.

A tora bruta é estocada no pátio da serraria. Outro trator a retira da pilha e a coloca numa grande serra, chamada moinho, que a desdobra em pranchões grossos, que alimentam a indústria de transformação da madeira. Serras menores e mais precisas vão fabricando tábuas e perfis entregues às carpintarias e, para trabalhos finos, às marcenarias, com suas máquinas, ferramentas e complementos, como pregos, parafusos, dobradiças, fechaduras. Surgem daí desde projetos industriais complexos, como casas pré-fabricadas, ou de desenho industrial, como móveis e utilidades domésticas, a partes essenciais de projetos de construção civil, como forros e assoalhos, caibros e ripas para telhados, portas e janelas.

Operários qualificados, técnicos e administradores profissionais, professores e funcionários de escolas superiores e médias que os formam, centros de pesquisas de florestas, madeiras e tecnologias complementares, estúdios de design, e fabricantes de máquinas e equipamentos participam das atividades produtivas geradas a partir do processamento da tora de madeira.

Peço ao leitor que examine os produtos de madeira que lhe fazem companhia diária e discreta.

As florestas do Brasil são parte da família brasileira, dos negócios brasileiros, do trabalho e da arte brasileiros há quase meio milênio.

Um juiz de Direito, submerso num mar de processos, trabalha sentado e cercado por madeiras tropicais extraídas de reservas selvagens, selando, tradicionalmente, suas sentenças com a batida de um martelo de madeira.

Esta relação tão profunda entre todo um povo e suas florestas está reconhecida no Artigo 225, § 4º, da nova Constituição, que considera a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica patrimônio nacional para uso racional.

Pacificar a guerra ecológica movida pela frente de expansão agrícola contra as florestas nativas, desflagrada desde o século 16, é o início de um grande e viabilíssimo projeto nacional capaz de converter o Brasil, simultaneamente, no maior produtor mundial de madeiras tropicais e no maior conservador mundial de florestas tropicais até o fim do século.

Hoje os fazendeiros da mais poderosa frente pioneira, em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, e líderes empresariais de Rondônia, o estado mais devastado, já começam a aceitar e procurar a formação de fazendas florestais, onde a agricultura e a floresta se casam, tendo como padrinhos crescimento econômico e proteção ambiental. No Acre e no Amazonas, as reservas extrativistas ganham adeptos na administração pública e na iniciativa privada, sob pressão da nova geração de seringueiros. No Paraná, fazendeiros se unem para recuperar microbacias, replantando florestas. Engenheiros florestais gaúchos informam que dentro de 15 ou 20 anos o Rio Grande do Sul, o estado de maior tradição florestal, terá mais florestas do que atualmente.

Os dispositivos constitucionais conexos aprovados em 5 de outubro de 1988 refletem esta nova onda verde, descentralizando e democratizando a administração florestal brasileira. A competência na preservação de florestas, fauna e flora não é mais exclusividade da União, que a divide com os estados e municípios. O Congresso Nacional e as assembleias legislativas podem fazer leis florestais, e as da União devem limitar-se a normas gerais.

As leis sobre as florestas de Pernambuco ou da Bahia não podem ser iguais às do Pará e do Amapá. As administrações pública e privada estaduais devem ser adequadas às florestas existentes nos territórios de cada unidade da Federação.

Será o fim da imagem do Brasil-devastador-de-florestas; diante de si mesmo e do mundo. Surgirão estados-devastadores-de-florestas e estados-conservadores-de-florestas, e, em resolução ainda mais alta, municípios-devastadores-de-florestas e municípios-conservadores-de-florestas.

A ditadura florestal do governo federal, implantada em 1967, segundo Augusto Ruschi, com a criação do IBDF, coincidiu historicamente com a transformação do Brasil no maior predador da flora planetária.

Quando uma construtora carioca derrubou a caprichosa mansão Martinelli, na Avenida Osvaldo Cruz, construiu um tapume em toda a frente do terreno, quatro ou cinco vezes mais alto do que o normal, para que não vissemos a demolição.

O IBDF, não importa a intenção com

que o instituíram, foi o tapume político e administrativo erguido em Brasília para que o país e o mundo não assistissem à devastação das florestas nativas brasileiras. Não conseguiu ser suficientemente alto para encobrir a visão dos satélites ecológicos, que entraram em órbita no início dos anos 70.

Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Madeira, que reúne os madeireiros racionais em todo o território brasileiro, Tucuruí, planejado pelo IBDF, foi o maior desastre da indústria madeireira nacional. Sua origem foi o desmatamento e a exportação de toras da bacia hidrográfica da represa do Rio Tocantins, que resultou na falência da Capemi, em assassinatos no Rio de Janeiro e na invenção da motosserra subaquática, que hoje retira milhares de árvores do fundo do grande lago artificial.

Estes fatos são do conhecimento público. Os principais jornais e revistas brasileiros os cobriram. Seus arquivos podem ser consultados a qualquer momento, fornecendo nomes e detalhes.

O que a opinião pública ainda desconhece é que no próximo dia 22 de agosto, na reunião do Conselho de Comércio Exterior, o IBDF-Ibama vai propor algo muito maior e pior: a exportação das árvores da Floresta Amazônica em bruto, sob a forma de toras resultantes do desmatamento de bacias hidrográficas e de grandes projetos agropecuários.

A devastação da Amazônia é feita por projetos hidroelétricos e, principalmente, agropecuários.

Esta proposta apareceu no Concex no primeiro semestre de 1988 e foi firmemente bloqueada pelo ministro da Agricultura, Iris Rezende. O atual presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, governava o Território de Fernando de Noronha. Sequer imaginava assumir o cargo no início de 1989.

A reapresentação, dentro de poucos dias, prova que o IBDF não foi extinto e que sua vocação para o desastre ecológico ainda está disponível.

As indústrias madeireiras e de transformação da madeira, com o apoio de sindicatos de trabalhadores em madeira de todo o país, da Confederação Nacional da Indústria e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, estão lutando contra a aprovação.

O publicitário Luiz Salles, articulador da luta, de grande trânsito político, denunciou a proposta de exportação de toras da Floresta Amazônica num artigo para a *Gazeta Mercantil*, onze dias antes de ser seqüestrado em São Paulo.

Se o seqüestro não teve objetivo político, alcançou-o.

Os japoneses já pararam de comprar compensados e laminados na Ásia. Esperam pelas toras das preciosas madeiras amazônicas, compradas a preço barato de motosserradores, para movimentar sua própria indústria, e tirar concorrentes asiáticos e brasileiros do mercado mundial.

Projetos agropecuários falsos; descartáveis, estão, a esta altura, sendo esquematizados por empresas especializadas. Serão financiados, não mais com incentivos fiscais em cruzeiros e cruzados, mas em dólares por empresas-gigantes japonesas, européias e americanas de produtos florestais, e de móveis e artefatos de madeira.

O poderio econômico que se precipitará imediatamente sobre a Amazônia, esmagando a indústria brasileira, e o projeto de conservação e uso racional de nossas florestas tropicais, pode ser avaliado.

Em 1988, apenas as 43 empresas de produtos florestais e de mobiliário que entraram na relação das 500 maiores empresas dos Estados Unidos, o mercado geograficamente mais próximo da Floresta Amazônica, faturaram 103 bilhões e 339 milhões de dólares.

Se autorizarem seus computadores a investir entre 2% e 3% deste volume financeiro no abate em larga escala e estocagem de árvores amazônicas, colocarão em operação na pobre economia da Região Norte, em um ou dois anos, um poder econômico superior ao acumulado, ao longo de décadas, pelos maiores grupos empresariais nacionais, como Votorantim e Odebrecht.

Transformaremos sócios potenciais em exploradores coloniais. Mais fortes e bem organizados do que os portugueses e holandeses no passado. Fecharemos mercados aos produtos brasileiros de madeira tropical.

A porta da maior reserva madeireira tropical do mundo, longamente guardada, não precisará mais ser arrombada. Terá sido aberta por dentro pelo Concex.

O Ibama-IBDF tem um precedente histórico em que se basear para defender esta resolução: o alvará e aviso de 1785, de Dona Maria, a Louca, a que enforcou Tiradentes.

Por este famoso ato colonial, Portugal, que queria o ouro do Brasil em bruto, proibiu a atividade dos ourives brasileiros. Proibiu, também, que a indústria têxtil brasileira produzisse tecidos para roupas e uso caseiro: deveria restringir-se a panos grossos de algodão para ensacar produtos *in natura* da Colômbia.

O IBDF-Ibama deve, entretanto, citar o precedente do alvará de Dona Maria, a Louca, de forma cautelosa e limitada, porque ela, na sua sanha colonialista, poupou a indústria brasileira de madeira, por considerá-la básica para o nosso povo.

A Fundação das Florestas do Brasil, reconhecida por sua moderação e pacifismo, tem duas propostas opcionais a fazer, nestes dias que antecedem à reunião antiamazônica do Concex.

A primeira é a não aprovação disto que a Associação Brasileira de Produtores de Madeira classifica de "monstruosidade": Fica, no caso, a carga da visão e do patriotismo dos homens públicos que compõem o Conselho de Comércio Exterior.

A segunda, na eventualidade da aprovação, é exequível durante o próximo mandato presidencial: a construção de uma penitenciária florestal entre os matos de eucaliptos de Brasília, para acolher funcionários públicos e cidadãos julgados culpados, como autores intelectuais e materiais, de crime contra a nossa natureza. Os internos trabalhariam na produção de mudas, no reflorestamento, na marcenaria e no artesanato em madeira, e disporiam de uma biblioteca com livros e periódicos sobre o valor econômico, ecológico, histórico e cultural das florestas do Brasil.

* Presidente da Fundação das Florestas do Brasil

"No dia 22, o IBDF/Ibama vai propor algo catastrófico: a exportação das árvores da Floresta Amazônica em bruto"